

# NA TEORIA DA HISTÓRIA E DA LITERATURA HÁ QUESTÃO RACIAL, EM TEORIA

## *Apresentação*

Ao reconstituir os intensos e polêmicos debates sobre o chamado Novo Mundo, o historiador das ideias Antonello Gerbi relembra fragmentos das teses buffon-depawbianas sobre a natureza e os povos americanos. Dentre as incontáveis e mirabolantes teorias sobre a (suposta) inferioridade e degenerescência do continente e seus habitantes, uma em particular nos chama a atenção. Nos referimos à teoria segundo a qual os homens americanos, descritos como criaturas imberbes e sem pelos, seriam afeminados, sem paixão e sem ardor pelas “fêmeas” e, por isso mesmo, incapazes de dominar a natureza e as mulheres (Gerbi 1996).

A feminização dos homens nativos das Américas, inventada pela pena dos naturalistas europeus do século XVIII, exemplificam com bastante nitidez a confluência entre a presunção da heterossexualidade, da superioridade dos homens sobre as mulheres e a racialização como constitutivas do colonialismo. Com o discurso da feminização dos nativos americanos justificou-se, de uma só vez, a submissão dos homens colonizados – culpabilizados por sua suposta inferioridade – e o domínio sobre o território e sobre os corpos das mulheres que estariam, presumivelmente, à espera de quem lhes pudesse domesticar.

Não é nem um pouco negligenciável o fato de tais teses terem sido difundidas no Brasil por Von Martius, autor do famigerado projeto sobre como deveria ser escrita a história do Brasil, tornando-as conhecidas também entre os sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sob influência da teoria da inferioridade e imaturidade da América e dos americanos, Von Martius foi, ainda, autor de uma das mais longevas e nefastas perspectivas que ainda dominam o imaginário social brasileiro: a profecia do desaparecimento dos povos originários.

O IHGB, assim como o Colégio Pedro II, foram instituições centrais na construção do código disciplinar que estabeleceu o padrão branco e europerspectivado como eixo do cânone historiográfico que serviu de parâmetro para a construção da identidade nacional (Schmidt apud Miranda; Assunção 2022). Entretanto, esse padrão eurocentrado/brancocentrado não é somente um episódio enterrado em um passado distante da história da historiografia, mas é ainda parte da forma como a História disciplinar se constituiu até a contemporaneidade. A produção do campo da teoria da história, história da historiografia, história intelectual e teoria literária em grande medida expressa um lugar epistêmico do sujeito alçado na modernidade à universidade: o homem branco, masculino, heterossexual e cisgênero.

Esse “lugar” tem sido contestado através de diversas teorias que buscam corporificar o conhecimento por meio do questionamento do cânone e dos seus resultados. O cânone como tecnologia de poder fundamental no processo de racialização do conhecimento, peça-chave no processo de organização das hierarquias sociais, de gênero e raça. Se o giro linguístico foi fundamental para questionar um certo realismo epistemológico ingênuo, hoje temos visto a importância de um giro ético-político ao dimensionar aspectos mais ligados ao fazer historiográfico e os seus “lugares”.

Nesse contexto, não só a História, mas as ciências humanas/humanidades como um todo – e as instituições que as produzem – se veem diante de um debate sobre seus limites disciplinares. A História, disciplina “historicamente” construída nessa zona limítrofe com a Filologia, a Filosofia da história e a Teoria da Literatura, é peça-chave nesse debate.

Quais são esses limites? Onde e como identificá-los? O que é *conceitualmente* novo, singular e/ou distintivo nas inquições e enquadres oriundos de campos como os estudos raciais críticos, o feminismo negro, a teoria *queer* e a crítica do mundo/paradigma colonial (em suas variadas vertentes: decolonial, pós-colonial, anticolonial, contracolonial etc.)?

A última década foi marcada por uma evidente transformação na qualidade do debate sobre antirracismo na esfera pública brasileira, sobretudo na hegemônica. Esse novo cenário é fruto da intervenção de vozes antes ali ausentes e, em boa medida, decorrência de duas décadas de políticas de ações afirmativas que impulsionaram mudanças substantivas na composição do corpo discente das universidades, mas cujo reflexo ainda é tímido no que diz respeito à reconfiguração do corpo docente, à realocação de verbas para pesquisa e à reestruturação institucional dos departamentos.

Não obstante, é um estado de coisas que tem produzido algum rearranjo nos campos disciplinares, instigado renovados esforços de reescrita e reinterpretção e, eis o principal, colocado em xeque modos de teorizar cuja superioridade e poder aparentemente inabaláveis sempre dependeu de (se) manterem um ambiente epistemológico blindado pela autorreferencialidade.

A História – tanto mais se chancelada como historiografia profissional/acadêmica – é esteio de todas essas disputas. Em tese, aquele seu status “limítrofe” poderia colocá-la em posição de suturar – ou saturar – a estrutura acadêmica disciplinar e animar um pensar que, ao projetar-se para fora de uma relação de influências hierárquicas, se movesse para dentro da produção de teorias que dessem conta não apenas dessas relações, mas do próprio estatuto do histórico. Aqui, vislumbra-se a afirmação de modos de produzir sentido que levem em consideração uma episteme expressa em textualidades diversas, em

elaborações do passado assentadas em criações e registros que se interrelacionam a partir de posições não hierarquizantes, mas colaborativas.

Um gesto epistemológico dessa natureza se deseja, quase por definição, propenso ao trânsito entre campos, entre disciplinas, entre métodos, entre epistemes e posicionalidades heterogêneas. A posição disciplinar de sujeito do conhecimento é aqui, portanto e por assim dizer, “trans”: transdisciplinar.

Dito isso, o presente dossiê busca evidenciar vazios, mas também busca evidenciar produções que já caminhem na direção de práticas da Teoria da História e da Literatura que esbocem interfaces entre os debates raciais e as teorias que subjazem as discussões múltiplas que atravessam esses campos.

Os artigos que foram publicados neste dossiê buscam, portanto, dimensionar as fronteiras entre os referidos campos da teoria da história e da literatura e os diversos aspectos do chamado “debate racial”. O texto que abre este dossiê, *História Indígena no Brasil Independente: Da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada*, de Gersem Baniwa, busca reler a História do Brasil por meio de uma perspectiva indígena, em particular do seu lugar enquanto intelectual da etnia Baniwa. A professora Maria Aparecida de Oliveira Lopes, no artigo *(Des)fragmentando uma narrativa sobre a vida acadêmica de Nize Isabel de Moraes, historiadora da Petite Côte*, busca preencher o vácuo de estudos sobre a historiadora afro-brasileira Nize Isabel de Moraes (1938-2015), buscando demonstrar sua importância para o campo de estudos africanos e o cariz constrangedor do apagamento sobre sua trajetória no Brasil.

Nos outros quatro artigos do dossiê temos sob diversos ângulos um debate sobre a relação entre o arquivo (e os seus legados coloniais) e o “racial”. Renata Dal Sasso Freitas, em *Um defeito de cor (2006) de Ana Maria Gonçalves e os limites da representação da escravidão*, esboça uma análise sobre a importância da ficção histórica para tensionar os limites do arquivo e da metodologia tradicional da história disciplinar, esmiuçando como a reconstrução ficcional de *Um defeito de cor* como possibilidade para “escrevivências” (Conceição Evaristo)/“fabulações críticas” (Saidya Hartman) que demonstram outra forma de imaginar e fazer conhecimento histórico para além das suas formas tradicionais. Nessa linha da crítica ao arquivo da História disciplinar trabalham também os autores Eduardo Ferraz Felipe e Francisco Gouvêa de Souza *Racismo e arquivo: questões para a Teoria da História*. Esses autores perfazem os debates sobre racismo e arquivo por meio das leituras de Achille Mbembe, Grada Kilomba, Saidya Hartmann e Lélia González, esmiuçando o lugar deste na construção da “modernidade” e de um fazer historiográfico imbricado às formas de opressão/exploração, nomeadamente, a racial.

Hugo R. Merlo, em *A mestiçagem como conceito histórico: Uma descrição teórica*, também elabora essas conexões entre arquivo e História, mas pensando a historiografia nacional, nomeadamente, a categoria analítica de mestiçagem em diversos intérpretes. Para isso, elabora, embasado nas teses de Renato Ortiz, três níveis de interpretação do fenômeno analítico da mestiçagem: ideológico, subjetivo e epistêmico. Por fim, finalizamos o dossiê com o texto escrito a quatro mãos de Deivison Faustino e Walter Lippold, intitulado *Que humano é esse das humanidades digitais? Por uma crítica hacker-fanoniana ao fardo do nerd branco*. Os autores buscam esmiúçar as diversas questões em torno das teorias antirracistas e o campo das humanidades digitais, especialmente, por meio de uma ótica “hacker-fanoniana”, elaborando também questões fundamentais para o debate sobre arquivo e o debate racial.

Na seção de traduções publicamos dois textos fundamentais para o debate racial. O primeiro artigo é do afroportorriquenho Eduardo Bonilla-Silva, *Repensar o racismo: rumo a uma interpretação estrutural*, publicado originalmente em 1997 na *American Sociological Review* e traduzido para o português por Fernanda Oliveira e Melina Perussatto, com apresentação de Marcello Assunção. Nesse artigo, Bonilla-Silva busca elaborar uma noção de racismo que ultrapasse os limites das noções vigentes até então pela visão individual (liberal) e institucional, buscando uma leitura estrutural que se consubstancia na categoria de “sistemas sociais raciais”. Ainda nessa seção, publicamos também o texto *Das historiografias africanas a uma filosofia africana da história*, do africanista queniano Eisha Stephen Atieno-Odhiambo, publicado originalmente em 2002 na coletânea *Africanizing Knowledge: African Studies Across Discipline* (organizada por Toyin Falola e Jennings Christian), com tradução para o português e apresentação de Giovanna Martins Gomes. Nesse texto, o autor busca elaborar uma crítica aos estudos africanos sobre África elaborados por “dentro” e por “fora”, esmiuçando as diversas complexidades dessas escritas em um contexto pós-colonial.

Desejamos a todos(as) uma boa leitura deste novo número.

ALLAN KARDEC PEREIRA  
 ANA CAROLINA BARBOSA  
 FERNANDO BALDRAIA  
 MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ASSUNÇÃO  
 MARIA DOLORES SOSIN RODRIGUEZ

## REFERÊNCIAS

- EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrivivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. pp. 26-47.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo - História de uma polêmica (1750-1900)*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe*. Trad. de José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021
- MIRANDA, Fernanda Rodrigues; ASSUNÇÃO, M. F. M.. Colonialidade e silenciamento nos cânones literário e historiográfico brasileiros. *Anuario de la escuela de historia virtual*, Córdoba, v. 13, p. 202-217, 2022.